



RELATÓRIO DE GESTÃO 2022

1. Introdução

1

1.1. Mensagem da Administração

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira EM, S.A. (doravante designada por Sociedade de Turismo), vem submeter à Vossa apreciação o relatório de gestão, balanço e contas referentes ao exercício de 2022.

O ano de 2022, iniciou num clima de evolução favorável da pandemia Covid-19 embora fortemente condicionado pelos seus impactos diretos e indiretos.

A abertura da época termal foi marcada pelo rebenotar do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, agravando a pressão já sentida sobre os mercados em particular nas matérias primas e energia.

A recuperação da procura termal, cada vez mais próxima dos números pré-pandemia foram preponderantes para o equilíbrio financeiro conseguido, apesar do aumento expressivo dos custos de exploração, particularmente na rubrica de FSE.



1.2. Perfil Empresarial

A SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA, EM, S.A. é uma empresa local, com natureza municipal, de responsabilidade limitada, nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

Por força do processo de transformação em empresa municipal terminado em 8 de fevereiro de 2021, com a alteração da composição do capital social, a Sociedade integra neste momento o setor empresarial local, detendo a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira 99,52% do capital social.

Os Estatutos da Sociedade de Turismo, na sua versão atual, definem como objeto social “o desenvolvimento da atividade termal, pela exploração comercial e turística de estabelecimentos termais e utilização da água mineral natural.”

Compete-lhe ainda promover a organização de atividades desportivas e/ou culturais, formação profissional, atividades turísticas, atividades de lazer, venda de artigos regionais, entre outros.

Neste contexto, a Sociedade de Turismo, em estreito alinhamento com as orientações estratégicas definidas pelo Município Santa Maria da Feira, estipuladas no Contrato-Programa celebrado em 23 de fevereiro 2022, é responsável pela exploração das Termas das Caldas de S. Jorge (doravante designadas por Termas).

1.3. Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Vitor Carlos Latourrette Marques
Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira
Rui Luís Campos de Oliveira

Assembleia Geral

José Carlos Baptista Martins
Maria da Conceição Machado Alvim Ferraz
Rui Miguel Gama Vasconcelos Pedrosa de Moura

Fiscal Único

António Magalhães & Carlos Santos Associados, SROC



Q
M
[Handwritten signature]

1.4. Recursos Humanos

No ano de 2022 a época termal contou com a colaboração total de 36 funcionários, para além do Conselho de Administração da Sociedade de Turismo.

Dado o carácter sazonal da principal atividade, em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade de Turismo tinha apenas seis funcionários ao seu serviço, todos com vínculo contratual fixo estabelecido.

Os contratados a termo representaram um total de 6853 dias de trabalho.

Ao nível do absentismo, foram registados 273 dias de ausência laboral, dos quais 74% foram baixas por doença.

Durante o ano de 2022, os colaboradores frequentaram um total de 174 horas de formação, essencialmente nas áreas do atendimento, marketing e contabilidade.

3

2. Factos Relevantes da Atividade

2.1. Termas de S. Jorge

Cumprindo o modelo operativo, definido e aprovado pelas entidades competentes – Direção Geral da Saúde e Direção Geral de Energia e Geologia - a época termal 2022 teve início em 28 de Fevereiro e término a 3 de Dezembro.

Após o cumprimento rigoroso de todas os procedimentos habituais de abertura, nomeadamente as prerrogativas do programa analítico de monitorização da qualidade microbiológica e das constantes físico-químicas da água mineral natural, bem como os procedimentos de higienização e desinfeção das instalações e equipamentos, as termas reabriram a 28 de fevereiro.

Foram mantidas todas as medidas preventivas adotadas no âmbito do Covid-19, conforme Orientação da DGS, nomeadamente: na admissão de termalistas, indicadores de frequência máxima de termalistas por período/área de tratamento e utilização de EPI's adicionais. Foram mantidos ainda os procedimentos de higienização das instalações e equipamentos, o protocolo de conduta de higiene (pré e pós tratamento) e as recomendações de conduta social dos termalistas.

Em 2022, as Termas estiveram em funcionamento 278 dias e registaram um total de 2467 inscrições (contra 1715 em 2021 e 2865 em 2019) para frequência termal.



Apesar da recuperação face a 2021, ainda se registou uma quebra de 14% face a 2019.

Termalistas					
2022	2021	2020	2019	dif#19'	dif#21'
2467	1715	1162	2865	-14%	44%

Relativamente ao tipo de frequência, dos 2467 termalistas que frequentaram as Termas em 2022, 44% fizeram-no pela primeira vez.

Termalistas - tipo de frequência			
	novos	repetentes	total
total	1082	1385	2467

Do total de termalistas, 2148 frequentaram termas por motivos de reabilitação e terapêutica (Cura Termal), contra 1626 em 2021 e 2627 em 2019, o que representou uma quebra de 18% face a 2019 e um crescimento de 32% face a 2021.

Termalistas CT					
2022	2021	2020	2019	dif#19'	dif#21'
2148	1626	1100	2627	-18%	32%

4

Face à renovação da comparticipação dos cuidados de saúde em termas pelo SNS no ano de 2022, ainda na forma de projeto piloto, foram rececionadas 1248 requisições, na época termal 2022, das quais 463 representaram novos termalistas. Desde a reposição das comparticipações, o ano de 2022 foi o ano com maior taxa de comparticipação, o que demonstra a confiança dos médicos de família na frequência termal.

Termalistas CT sns					
2022	2021	2020	2019	dif#19'	dif#21'
1248	862	362	758	65%	45%

Os termalistas com requisição do SNS representaram 58% do total de clientes Cura Termal, são maioritariamente utentes da Administração Regional do Norte (89%) e com a seguinte distribuição por indicação terapêutica:

Termalistas CT- SNS ->Patologia			
me	ori	pele	total
752	475	21	1248

Ao abrigo do contrato programa celebrado entre o Município de Santa Maria da Feira e a Sociedade de Turismo, todos os residentes do concelho de santa maria da feira, com indicação médica, beneficiaram de um desconto de 100% no valor da



Handwritten initials and a signature in blue ink.

inscrição e de 15% no valor dos tratamentos, na realização de uma cura termal de 15 dias/ano.

Residentes concelho SMF			
termalistas		beneficio	
curas residentes	curas beneficiadas	total	€/md
845	603	€ 41 945	€ 70

As curas termais não abrangidas dizem respeito a segundas épocas de tratamento ou não cumprimentos dos requisitos definidos.

A aplicação deste benefício, permitiu um desconto médio de 69,56 € por termalista e uma percentagem total de 22% sobre o valor bruto a pagar, o que, associado à comparticipação pelo SNS sempre que aplicável, significou uma redução efetiva de 44%.

O benefício total concedido com esta medida representou 14% do subsídio atribuído pelo contrato programa.

Relativamente ao segmento bem-estar, foram retomados todos os programas de bem-estar sem triagem clínica – Spabados. Em 2022 verificamos um crescimento dos programas de bem-estar de 25% face a 2019, registando 319 termalistas contra os 238 recebidos em 2019.

Durante a época termal 2022, as termas receberam mais de 29.500 visitas para realização de práticas termais, significando uma média diária de 131 pessoas e 670 tratamentos.

5

PARCERIAS

À semelhança dos anos anteriores, mantivemos o relacionamento institucional com diversas entidades, tendo em vista a promoção do Termalismo em geral e das Termas de S. Jorge em particular.

Ao nível dos Programas Termais:

Caixa de Previdência dos Serviços Municipalizados de Gaia –

Pela 16ª época termal consecutiva, em Setembro_recebemos um grupo de 46 beneficiários (contra 41 em 2021 e 49 em 2019) para 20 dias de tratamento termal.



O investimento da Caixa de Previdência no copagamento até 300,00 €/ cura termal por beneficiário é justificado, nas palavras do seu diretor clínico Dr. Manuel Guedes:

“Um dos lemas da Direção desta Caixa de Previdência é a aposta na prevenção da doença e a promoção de uma vida saudável. Nessa perspetiva o tratamento termal pareceu-me ser um investimento importante. As Termas de S. Jorge, pela sua localização e programa de tratamentos disponíveis, apresentavam características muito interessantes para os nossos sócios (...) É notória, em termos gerais, a diminuição de pedidos para medicação analgésica e anti-inflamatória. Mas realço uma vez mais a importância da melhoria das capacidades motoras, da agilidade, da confiança e do vigor.”

Termal Sénior

Em 2022 o projeto Termal Sénior regressou à normalidade. Em 2022 a frequência termal ao abrigo deste projeto totalizou 137 seniores - 76 seniores feirenses (protocolo com Câmara Municipal de Santa Maria da Feira / divisão de Ação Social e Qualidade de Vida); 23 seniores sanjoanenses (protocolo com Junta de Freguesia de S. João da Madeira) e 38 seniores oliveirenses (protocolo com Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis).

6

Termalsenior 2022			
smf	sjm	oaz	total
76	23	38	137

Em qualquer um dos programas o transporte é garantido pelas respetivas câmaras municipais ou pela junta de freguesia no caso de S. João da Madeira.

Em 2022 este programa chegou a 13 freguesias do concelho de Santa Maria da Feira.

Ao nível dos Protocolos celebrados:

O ano de 2022 terminou com 40 protocolos em vigor.

Ao nível institucional:

Associação das Termas de Portugal

A Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A. é Presidente da Assembleia-Geral da ATP desde Abril de 2018.



O Diretor Clínico das Termas, Prof Doutor Pedro Cantista e a vogal do Conselho de Administração, Teresa Vieira, mantiveram a participação na Comissão Técnico Científica da ATP, coordenada pela última, estando em curso a revisão do Manual de Boas Práticas dos Estabelecimentos Termais.

Sociedade Portuguesa de Hidrologia e Climatologia

A SPHM é presidida pelo Prof. Doutor Pedro Cantista, Diretor Clínico das Termas de S. Jorge, que desde 2014 é também Presidente da Sociedade Mundial de Hidrologia e Climatologia.

Direção de Geologia e Energia

Em 2022, iniciaram os trabalhos de campo da 2ª fase do Projeto Hidrogenoma. Recordamos que este estudo inovador sobre o microbismo natural destes recursos hidrogeológicos, liderado pela DGEG no qual foram abrangidas, numa primeira fase, 80 AMN existentes em Portugal continental e teve como primeiro objetivo de caracterização microbiológica, ao nível da estrutura e composição microbiana. Com esta nova fase, pretende-se realizar estudos complementares tendo em vista a descoberta e investigação do potencial do microbismo natural destas águas, numa abordagem individual e personalizada da água mineral natural das Termas de S. Jorge.

A fase metabolómica (1ª de 3) encontra-se em fase de relatório final.

ACES Feira Arouça/ Conselho da Comunidade Local da Saúde

No âmbito da participação no Conselho da Comunidade Local, integramos a comissão de acompanhamento do *Plano Local da Saúde 2021-2030*, cuja primeira reunião ocorreu 25 de novembro de 2022.

Estabelecimentos de Ensino/ Formação Profissional

Mantendo a política de aproximação à comunidade científica e aos estabelecimentos de ensino, mantivemos em 2022 a parceria com o ICBAS – Porto, no âmbito da cadeira de Hidrologia Clínica, cadeira opcional de mestrado integrado do Curso de Medicina, do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar – ICBAS, para a componente prática formativa, em vigor desde 2008.

Ao abrigo deste protocolo recebemos em contexto de formação prática os alunos inscritos na cadeira no ano letivo 2022/2023.

Em junho de 2022, as Termas de S. Jorge participaram no 1º Curso de Verão - Medicina Termal - Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, que contou com o



nosso Diretor Clínico como regente e formador, com a diretora executiva como formadora e com um dia de trabalho de campo no balneário termal.

No âmbito da formação específica de medicina física e reabilitação, foram realizados cinco estágios de medicina termal da especialidade, vindos do Centro Hospitalar do Porto e Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga.

Ao abrigo dos protocolos de parceria com o Centro Ensino Integral e Centro de Formação Profissional de Riomeão, foram realizados 4 estágios curriculares nas áreas de técnica auxiliar de saúde e técnicas de massagem, num total de 770 horas.

No quarto trimestre do ano, foi reforçada a parceria com a Escola Profissional de Riomeão, para a realização de formação profissional adaptada ao Diagnóstico interno de necessidades formativas, que já permitiu a realização de duas ações de formação no primeiro trimestre de 2023.

REFORÇO DA VISIBILIDADE E NOTORIEDADE DAS TERMAS DE S. JORGE

O reforço da visibilidade e notoriedade das Termas S. Jorge, enquanto *equipamento de saúde e bem-estar de referência, com valências diferenciadas, pelos seus benefícios terapêuticos únicos, diversidade de produtos termais e competência dos seus profissionais*, foi prosseguido ao longo do ano de 2022 por diversas ações, onde destacamos:

- Ações de divulgação dirigidas especificamente à comunidade médica local e regional e nacional

Na abertura da época termal, foram realizadas ações de comunicação personalizada a prescritores, via postal e via correio eletrónico, num total de mais de 300 contactos realizados, relativas à oferta termal, TermalSenior e benefícios para residentes decorrentes do contrato-programa, sempre que aplicável.

- Em parceria com o Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal, o projeto "Termas com história", um projeto de comunicação estratégica de storytelling, onde os protagonistas são os termalistas - contou com 1 publicação em 2022, particularmente interessante pelo testemunho não só de termalistas, mas do médico prescriptor externo ao balneário termal.

Foram publicados 15 artigos em meios de comunicação escrita local e nacional.



- Ações de promoção junto do público final:

- Lançamento do novo site das Termas de S. Jorge, e da loja on line;
- A dinamização das redes sociais (Facebook, Instagram, Youtube), tendo sido realizadas em 2022 mais de 174 publicações, numa comunicação permanente, às quais acrescem as publicações nas redes sociais do município (geral e visit feira);

- Presença em reuniões científicas, congressos médicos e eventos congéneres da área da saúde:

Em 2022 realizaram-se 7 ações que no seu conjunto contaram com 2100 participantes: a saber,

- Jornadas MGF Além-Fronteiras - 100
- Open Resident Day - 600
- Encontro Científico de Cuidados Cardiorrespiratórios- 150
- 1.ªs Jornadas Enfermagem de Reabilitação do CHEDV - 200
- V Jornadas de Pediatria/Neonatologia do CHEDV - 150
- 4º Congresso Internacional | IACS 2022 – 800
- 2.º Encontro Ciclos de Qualidade USF TSMF – 100

9

- Ações de promoção junto do público termal:

No âmbito do plano de ações de marketing direto, numa aposta clara de proximidade das termas aos termalistas, foram realizados aproximadamente 5.000 contactos (sms e telemarketing).

2.2. Outras atividades

Durante o ano 2022, retomamos a participação na Viagem Medieval com a área temática dos “Banhos S. Jorge”.

Nesta edição da Viagem Medieval, os banhos receberam mais de 7.000 visitantes, dos quais aproximadamente 400 foram convidados institucionais ou termalistas. A singularidade do espaço recriado e a experiência proporcionada, tornou os Banhos S. Jorge um espaço de visita “obrigatória” e de promoção por excelência das Termas de S. Jorge e de Santa Maria da Feira.

No âmbito das ações de promoção turística, a Sociedade participou ativamente na Bolsa de Turismo de Lisboa 2022, estando as Termas representadas no espaço



Santa Maria da Feira/AMP e no espaço das Termas Norte de Portugal, no stand da TPNP.

Em Setembro, marcamos presença na Termatalia - Feira Iberoamericana de Turismo de Saúde e Bem-estar, que em 2022 contou com a realização paralela do Congresso Internacional de Turismo Termal.

Em parceria com o Município, recebemos e participamos na reunião da ATP, Ar de discussão do Plano Estratégico para o Turismo do Porto e Norte e recebemos uma Press Trip em Junho.

A mascote infantil Gotinhas marcou presença em várias iniciativas, onde destacamos a presença no Centro de Vacinação Covid-19, no fim de semana adstrito ao publico infantil.

Foram ainda retomadas as participações nos eventos da comunidade, alguns dos quais com apoio das Termas, sejam eles desportivos, culturais ou profissionais.

Paralelamente a todas as atividades acima descritas, este foi ainda um ano de reflexão multidisciplinar sobre a oferta instalada e as potencialidades do balneário termal, cujas conclusões estão a ser refletidas no Programa base para o projeto de remodelação em fase de conclusão. Apesar de concluída, a proposta de trabalho para o Plano Estratégico de desenvolvimento termal não pode ser apresentada em 2022.

10

3. Factos Económicos e Financeiros

POLÍTICA DE PREÇOS E ANÁLISE DAS VENDAS

Em 2022, mantivemos a tabela única ao longo de todo o ano, que sofreu uma atualização, depois de 3 épocas termais inalterada, onde não foi possível refletir o aumento dos principais custos da atividade.

O volume de vendas em inscrições, consultas e tratamentos termais, produtos e serviços anexos, ascendeu a 662.872 euros, contra 479.711 euros em 2021 e 749.359 em 2019, registando um crescimento de 38% face ao ano de 2021 e uma recuperação do défice de 2021 comparativamente a 2019 de 24%, atingindo 88% do volume de negócios de 2019.

O segmento terapêutico representou 96% do total das vendas. A faturação ao SNS representou 16% do total das vendas do segmento terapêutico e reabilitação.



vendas totais					
2022	2021	2020	2019	dif#19'	dif#21'
662 872	479 711	329752	749359	-12%	38%

O volume de negócios atingido superou o orçamento inicial em 20%.

Vendas - Execução Orçamental - termas			
orçº 22'	Execução 22'	aumº	%
552 000	662 872	110 872	20%

O volume total de negócios foi de 687.720 euros, contra 479.711 em 2021, o que representou um crescimento de 43%.

CUSTOS DE EXPLORAÇÃO

Em 2022, os custos de exploração registaram crescimento significativo face a 2021, decorrente do crescimento da atividade, mas essencialmente dos custos energéticos.

A Rubrica dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) totalizou o montante de 391.299, representando um aumento de 82% face ao exercício de 2021 e de 31 % relativamente ao ano de 2019. A rubrica que representou um maior crescimento foi a de energia e fluídos, diretamente relacionada com a conjuntura nacional e internacional.

11

rubrica	fse					
	2022	2021	2020	2019	dif#19'	dif#21'
Trabalhos especializados	109 127	73 190	48 928	99 890	9%	49%
Energia e fluídos	177 355	69 929	58 961	97 766	81%	154%
Conservação, Reparação, Ferramentas e utensílios	53 179	35 358	32 060	42 562	25%	50%
Outros fse	51 639	36 335	46 115	59 216	-13%	42%
total	391 300	214 813	186 064	299 435	31%	82%

A rubrica de custos com pessoal totalizou o montante de 506.827 euros (contra 398.861 euros em 2021), representando um aumento de 27% face a 2021.

A estrutura de gastos operacionais totalizou em 2022 914.038 euros, representando um desvio orçamental de 9,8%.

Gastos Operacionais - Execução Orçamental			
orçº 22'	Execução 22'	aumº	%
832 500	914 038	81 538	109,8%



Se considerarmos o desvio verificado na rubrica Energia e Fluidos, na ordem dos 121.7%, o desvio dos gastos operacionais é apesar de tudo pouco expressivo e só possível com uma gestão rigorosa de contenção de custos:

Energia e Fluidos - Execução Orçamental			
orçº 22'	Execução 22'	aumº	%
80 000	177 355	97 355	221,7%

4. Resultados e Execução Orçamental

Os resultados antes de impostos da Sociedade foram positivos em 3.304 euros. Por força do contrato-programa foi atribuído um subsídio no montante 295.000 euros.

A Sociedade apresenta uma taxa de execução orçamental de 117% na Receita total e 116% na Despesa total, atingindo um rácio de 70.4% das receitas próprias sobre a Despesa total.

descrição	2022	orçº 22'	tx exec. %
receitas próprias	693 973	552 000,00	126%
Subsídios à Exploração CMF	295 000	295 000,00	100%
Receitas totais	988 973	847 000,00	117%
Gastos totais	985 668	847 000,00	116%
Resultado antes de impostos	3 304		
Peso das Receitas Próprias/ GT	70,4%	65%	
Peso do Subsídio à exploração/ GT	29,9%	35%	

12

O desvio na taxa de execução dos gastos totais está ainda relacionado com o aumento das depreciações do exercício, decorrente da decisão de iniciar a depreciação do ativo tangível reavaliado em 2019, não refletida no orçamento 2022.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

Do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, resultou um resultado líquido positivo do exercício no montante de 6.690.36 €.

Neste sentido, propomos que o resultado seja aplicado da seguinte forma:

- Reservas legais: 334.52 euros;
- Resultados transitados: 6.355.84 euros.



6. Declaração e Factos Relevantes posteriores a 31 de dezembro de 2022

A Sociedade gestora não tem ações próprias e durante o exercício em análise não adquiriu nem alienou ações próprias.

A Sociedade não tem sucursais.

Durante o exercício em análise não foram concedidas autorizações para negócios entre a sociedade e os administradores, abrangidos pelo artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração não tem conhecimento de outras ocorrências de factos relevantes após o termo do exercício.

7. Situação perante a Segurança Social

Por último, e no cumprimento da lei, informamos que, em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade de Turismo não possuía dívidas em atraso à Segurança Social.



8. Considerações Finais

Apesar de todas as dificuldades e desafios decorrentes do contexto geopolítico, económico e pós pandémico, o ano de 2022 foi um ano de retoma. Retoma da atividade termal, retoma das atividades externas ao balneário, retoma de projetos e parcerias.

Terminamos este relatório agradecendo a todos que tornaram possível a concretização dos objetivos traçados para o ano 2022.

Em primeiro lugar, aos nossos Termalistas, que nos confiaram incondicionalmente a sua saúde, num reconhecimento da valia terapêutica e da segurança sanitária das Termas S. Jorge.

14

Um reconhecimento especial a toda a equipa da Sociedade, pela sua entrega, profissionalismo, responsabilidade e resiliência ao longo de todo este percurso em particular ao Prof Pedro Cantista, que completou a sua 25ª época termal como Diretor Clínico e à colaboradora mais antiga do balneário termal Lucília Castro, que completou 50ª época termal.

Por último, um agradecimento a todos os membros dos órgãos estatutários que exerceram funções em 2022 e aos nossos acionistas que continuam a acreditar neste projeto.

Santa Maria da Feira, 23 de março de 2023



sociedade de turismo santa maria da feira

O Presidente do Conselho de Administração,

(Município de Santa Maria da Feira, representado por Vítor Carlos Latourrette Marques.)

A Vogal do Conselho de Administração

(Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira)

O Vogal do Conselho de Administração

(Turisfeira – Empreendimentos Turísticos, SA, representada por Rui Luís Campos Oliveira)



sociedade de turismo **santa maria da feira**

SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA, EM, S.A

Balanco individual em 31 de dezembro de 2022

(Euros)

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31.12.2022	31.12.2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6 e 8	220 985,68	276 842,41
Outros investimentos financeiros		1 443,58	986,37
Ativos por impostos diferidos	22	42 529,91	49 041,31
		264 959,17	326 870,09
Ativo corrente			
Inventários	10	5 123,24	3 130,92
Clientes	13	33 305,40	16 364,78
Estado e outros entes públicos	12	1 158,35	
Acionistas/Sócios		711,30	711,30
Outros créditos a receber	13	652,23	622,28
Diferimentos	15	3 000,85	9 349,00
Caixa e depósitos bancários	5 e 16	280 129,64	239 440,02
		324 081,01	269 618,30
Total do Ativo		589 040,18	596 488,39
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	17	125 600,00	125 600,00
Outros instrumentos de capital próprio	19	667 000,00	667 000,00
Reservas legais	18	9 052,55	6 248,76
Resultados transitados		-796 430,51	-896 917,50
Excedentes de revalorização	20	156 021,91	203 236,88
Resultado líquido do período		6 690,36	56 075,81
Total do Capital Próprio		167 934,31	161 243,95
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14	257 142,84	300 000,00
Passivos por impostos diferidos	21	45 296,69	59 004,26
		302 439,53	359 004,26
Passivo corrente			
Fornecedores	13	15 858,02	8 874,85
Estado e outros entes públicos	12	28 283,34	27 117,48
Financiamentos obtidos	14	42 857,16	
Outras dívidas a pagar	13	28 172,82	38 832,85
Diferimentos	15	3 495,00	1 415,00
		118 666,34	75 240,18
Total do Passivo		421 105,87	435 244,44
Total do Capital Próprio e do Passivo		589 040,18	596 488,39

16

A Contabilista Certificada

Feira do Ceu, Sociedade da Silva

O Conselho de Administração

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



sociedade de turismo santa maria da feira

SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA, EM, S.A

Demonstração dos resultados por naturezas
período findo em 31 de dezembro de 2022

(Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	23	687 720,42	479 711,41
Subsídios à exploração	24	295 000,00	295 777,47
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10	-15 911,81	-11 146,30
Fornecimentos e serviços externos	25	-391 299,50	-214 812,62
Gastos com pessoal	26	-506 827,14	-398 860,82
Outros rendimentos	23	6 252,22	1 793,25
Outros gastos	27	-4 445,72	-10 207,77
antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		70 488,47	142 254,62
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	28	-64 991,67	-66 020,03
operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5 496,80	76 234,59
Juros e gastos similares suportados	29	-2 192,51	-2 644,00
Resultado antes de impostos		3 304,29	73 590,59
Imposto sobre rendimento do período	30	3 386,07	-17 514,78
Resultado líquido do período		6 690,36	56 075,81
Resultado por ação básico		5,33	44,65

A Contabilista Certificada

Fátima do Céu Soares da Silva

O Conselho de Administração

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

17



sociedade de turismo **santa maria da feira**

SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA EM, S.A

Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 2022 e 2021

(Euros)

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recabimentos de clientes	+	982 566,96	479 308,99
Pagamentos a fornecedores	-	-426 705,48	-234 077,18
Pagamentos ao pessoal	-	-485 365,93	-399 979,94
Caixa gerada pelas operações	+/-	70 495,55	-154 748,13
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	-8 788,98	-746,38
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	-9 077,36	-49 567,63
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	52 629,21	-205 062,14
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	-9 203,78	
Investimentos financeiros	-	-1 542,30	-1 000,52
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+		
Investimentos financeiros	+	1 085,09	603,28
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	-9 660,99	-397,24
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+		734 060,45
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+		
Cobertura de prejuízos	+		147 474,32
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-		-505 160,90
Juros e gastos similares	-	-2 278,60	-2 644,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)	-2 278,60	373 749,87
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	40 689,62	168 290,49
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	239 440,02	71 149,53
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	280 129,64	239 440,02

18

A Contabilista Certificada

Patrícia do Céu Soares da Silva

O Conselho de Administração

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Anexo ao Relatório Anual de Gestão

Informações sobre participações no capital da sociedade dos membros dos órgãos de administração e fiscalização – artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais:

Conselho de Administração	Número de Ações detidas à data de	
	11-12-2022	31-12-2021
Dr. Vítor Carlos Latourrette Marques, não detém ações da sociedade, representa o Município de Santa Maria da Feira que detinha	1.250	1.250
Dra. Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira, não detém ações da sociedade	0	0
Dr. Rui Luís Campos Oliveira, não detém ações da sociedade, representa Turisfeira – Empreendimentos Turísticos, SA que detinha	1	1

Fiscal Único	Número de Ações detidas à data de	
	31-12-2022	31-12-2021
Dr. António Monteiro Magalhães, não detém ações da sociedade, representa a sociedade António Magalhães & Carlos Santos – SROC que detinha	0	0

Durante o exercício de 2022 não foram feitas quaisquer aquisições, onerações ou alienações.

Santa Maria da Feira, 23 de março de 2023

O Presidente do Conselho de Administração,



(Município de Santa Maria da Feira, representada por Vítor Carlos Latourrette Marques)

A Vogal do Conselho de Administração



(Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira.)

O Vogal do Conselho de Administração



(Turisfeira – Empreendimentos Turísticos, SA, representada por Rui Luís Campos Oliveira.)



sociedade de turismo santa maria da feira

SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA, EM, S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2022

(Montantes expressos em euros)

	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2022	125 600,00	667 000,00	6 248,76	-896 917,50	203 236,88	56 075,81	161 243,95
Alterações no período:							
Excedentes de revalorização			2 803,79	100 486,99	-47 214,97	-56 075,81	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			2 803,79	100 486,99	-47 214,97	-56 075,81	
Resultado líquido do período						6 690,36	6 690,36
Resultado integral						-49 385,45	6 690,36
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de prestações acessórias							
Cobertura de perdas							
Posição no fim do período 2022	125 600,00	667 000,00	9 052,55	-796 430,51	156 021,91	6 690,36	167 934,31

O Contabilista Certificado

Feira do Cam Soares da Silva

O Conselho de Administração

[Handwritten signature]



sociedade de turismo santa maria da feira

SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA, EM, S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2021

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2021	125 600,00	667 000,00	6 248,76	-943 386,09	293 684,01	-148 932,00	214,68
Alterações no período: Outras alterações reconhecidas no capital próprio:				-101 717,03	-90 447,13	148 932,00	-43 232,16
				-101 717,03	-90 447,13	148 932,00	-43 232,16
Resultado líquido do período						56 075,81	56 075,81
Resultado integral						<u>205 007,81</u>	<u>56 075,81</u>
Operações com detentores de capital no período Entradas para cobertura de perdas				148 185,62			148 185,62
				<u>148 185,62</u>			<u>148 185,62</u>
Posição no fim do período 2021	<u>125 600,00</u>	<u>667 000,00</u>	<u>6 248,76</u>	<u>-896 917,50</u>	<u>203 236,88</u>	<u>56 075,81</u>	<u>161 243,95</u>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Feira de Turismo Santa Maria da Feira

Torpe

M. J. ...

SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA EM, S.A

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2022

(montantes expressos em euros)

1. Identificação da entidade e período de relato:

1.1 Designação da entidade

Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira EM, S.A.

1.2 Sede

Rua dos Descobrimentos n.º 12, Santa Maria da Feira

1.3 Natureza da atividade

A Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira EM, S.A. ("Empresa") é uma sociedade anónima com sede em Santa Maria da Feira, constituída em 25 de novembro de 1997 e que tem como atividade principal o desenvolvimento da atividade termal, pela exploração comercial e turística de estabelecimentos termais e utilização da água mineral natural.

Atualmente, a Empresa encontra-se a explorar o balneário das Termas das Caldas de S. Jorge.

1.4 Designação e sede da empresa-mãe final e local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas.

Não aplicável

1.5 Designação e sede da empresa-mãe intermédia local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas.

Não aplicável

1.6 Caso tenha sido alterada a data do balanço e as demonstrações financeiras anuais sejam apresentadas para um período mais longo ou mais curto do que um ano.

Não aplicável

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), regulado pelos seguintes diplomas legais:



- Decreto-Lei n.º 158/2009 - de 13/07 (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 - 23/08; Decreto-Lei n.º 36-A/2011 - 09/03; Lei n.º 66-B/2012 - 31/12; Lei n.º 83-C/2013 - 31/12; republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 - 02/06;
- Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 24 de julho (Estrutura conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 24 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas);
- Aviso n.º 8258/2015, de 24 de julho (Normas Interpretativas).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições ao SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas nas presentes Demonstrações Financeiras para efeitos de comparativos, estão apresentadas em conformidade com Decreto-Lei n.º 98/2018 de 2 de junho, não tendo sido posta em causa a comparabilidade das mesmas.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF — divulgação transitória

A Sociedade adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") pela primeira vez em 2010, aplicando, para o efeito, a NCRF 3 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição é 1 de janeiro de 2009, e a Sociedade preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF 3.

4. Principais políticas contabilísticas

4.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.



Handwritten initials and signatures in blue ink.

O Órgão de Gestão procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Órgão de Gestão concluiu que a empresa dispõe ou consegue os recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

a) Ativos fixos tangíveis

i) Modelo do custo

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos até 01 de janeiro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao seu custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os investimentos efetuados pela Empresa nas Termas de S. Jorge são registados nas respetivas rubricas de "Ativos fixos tangíveis" (Nota 8) e depreciados de acordo com a vida útil estimada do bem ou pelo prazo da concessão, se este for inferior à vida útil do mesmo e com base nas seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	1 - 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 8 anos
Equipamentos reavaliados em 2019 ¹	3 - 6 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

¹ A depreciação dos equipamentos reavaliados em 2019 iniciou-se no exercício de 2021.



ii) Modelo de revalorização

Após o reconhecimento das depreciações do exercício de 2019, os equipamentos básicos e administrativos da empresa foram mensurados por uma quantia revalorizada que é o justo valor à data da revalorização menos depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas subsequentes, determinado com base em avaliações efetuadas por avaliadores profissionalmente qualificados e independentes (modelo de revalorização). As revalorizações são feitas com a regularidade suficiente que permita assegurar a inexistência de uma diferença materialmente relevante entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor à data de balanço.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado de revalorizações são creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos capitais próprios da Empresa. As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo ativo são movimentadas contra a respetiva quantia escriturada de excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis. As restantes reduções são reconhecidas na demonstração dos resultados como perdas por imparidade. A frequência das revalorizações é definida pelas alterações no justo valor dos ativos revalorizados, sendo consideradas sempre que estes difiram materialmente da quantia escriturada.

Quando os ativos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados. Adicionalmente, o montante de realização anual do excedente associado aos bens depreciables, é também transferido para a rubrica "Resultados Transitados".

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta e de uma forma consistente.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período para período, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos intangíveis	Vida útil estimada
Programas de computador	1 a 3 anos

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

c) Imparidade de ativos

A Empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido



e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou não; no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento inicial de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não pode ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão da perda por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações ou depreciações), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Nos ativos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição ao excedente de revalorização reconhecido inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores ao excedente de revalorização são reconhecidas na demonstração de resultados.

d) Inventários

As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo de aquisição ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente. Se o valor realizável líquido for inferior, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamento são constatadas, utilizando-se o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas anteriormente reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos de acordo com o pressuposto do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo, para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso estejam concluídas.

f) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:



i) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo amortizado e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica de saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente, no que respeita ao detalhe das operações que as integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais dos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

ii) Dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas ao custo amortizado. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial. O desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo amortizado.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

h) Matérias ambientais

As entidades nacionais têm a obrigação de evitar, reduzir e reparar os danos causados ao ambiente ou a terceiros no âmbito da sua atividade, devendo adotar as medidas necessárias para recolher, encaminhar e tratar os resíduos das mais diversas naturezas, as águas residuais, a proteção de solos e de recursos hídricos e a prevenção de ruídos e vibrações.

A responsabilidade das empresas portuguesas que exerçam uma atividade económica suscetível de provocar danos ao ambiente e a terceiros passou a ser regulada pelo Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho, que vem prever a constituição de garantias financeiras para cobertura das responsabilidades, designadamente, através da subscrição de apólices de seguro, obtenção de garantias bancárias ou constituição de fundos próprios.



i) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras créditos a receber e outras dívidas a pagar” e “Diferimentos”.

j) Rédito

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, refletindo eventuais descontos concedidos e não incluindo quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas: (i) são transferidos para o comprador todos os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens; (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado à posse ou ao controlo efetivo dos bens vendidos; (iii) a quantia do rédito pode ser mensurada com fiabilidade; (iv) seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade; (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser mensurados com fiabilidade. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber e referente à fase de acabamento da transação à data do balanço se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade.

l) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento, reconhecido como gasto dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras, encontra-se corrigido pelo efeito da contabilização de impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2022 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.



Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

Nos termos do artigo 88º do CIRC a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

m) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, que se vence a 01 de janeiro, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

n) Subsídios do estado e outros entes públicos

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.



(Handwritten initials and signatures)

Os subsídios exploração atribuídos pelo Município são reconhecidos na Demonstração de Resultados, de forma sistemática, durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visem compensar.

o) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Resultados por ação

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro consolidado e individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais são deduzidos ao resultado líquido do período.

b) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa, abrangidos nas atividades de investimento, incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos. Os fluxos de caixa, abrangidos nas atividades de financiamento, incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos.

4.3 Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o órgão de gestão utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.



4.4 Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4.5 Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

5. Fluxos de caixa

Desagregação dos valores inscritos nas rubricas de caixa e em depósitos bancários

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Caixa	114,43	152,51
- Caixa Soctur (sede)	24,26	11,06
- Caixa - termas	40,17	141,45
- Fundos de caixa	50,00	
Depósitos à ordem	280.015,21	239.287,51
	280.129,64	239.440,02

Os fluxos de caixa fornecem a informação acerca das componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos obtidos pelos registos contabilísticos da empresa.

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Após o reconhecimento das depreciações do exercício de 2019, os equipamentos básicos e administrativos da empresa foram reavaliados com base em relatório elaborado pelo Eng^o Civil Fernando Manuel da Cunha Cardoso, inscrito na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o n.º PAI/11/037, tendo resultado um excedente de revalorização no montante de 380.837,35 euros, vertido diretamente nos capitais próprios na conta "Excedentes de revalorização", de acordo com a NCRF 7.



G
M
A
B

	31-12-2022			31-12-2021		
	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado
Ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	11.104,83		11.104,83	4.523,14		4.523,14
Equipamento básico	5.620,49	179.860,02	185.480,51	6.358,50	235.417,91	241.776,41
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo	0,01	21.458,58	21.458,59		26.823,23	26.823,23
Outros ativos fixos tangíveis	2.941,75		2.941,75	3.719,63		3.719,63
	<u>19.667,08</u>	<u>201.318,60</u>	<u>220.985,68</u>	<u>14.601,27</u>	<u>262.241,14</u>	<u>276.842,41</u>

7. Partes relacionadas

7.1 Empresas participantes

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 10% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2022:

Nome	%	Montante
Município de Santa Maria da Feira	99,52%	125.000

7.2 Transações e saldos pendentes

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 31 de dezembro de 2021 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	31-12-2022		
	Transações	Saldos pendentes	
		Ativos	Passivos
Partes relacionadas			
Município de Santa Maria da Feira			
Cliente	295.000,00		
Fornecedor	1.622,66		
Outros			
Feira Viva - Cultura e Desporto			
Cliente			
Fornecedor	17,00		
Outros			

M b
 F.e.a
 [assinatura]



	31-12-2021	
	Transações	Saldos pendentes
		Ativos
Partes relacionadas		
Município de Santa Maria da Feira		
Cliente	295.000,00	
Fornecedor	480,34	
Cobertura de prejuízos	147.474,32	
Feira Viva - Cultura e Desporto		
Cliente		
Fornecedor	48,33	
Outros		

7.3 Remunerações do pessoal chave da gestão:

Nos exercícios findos em 2022 e 2021 o Conselho de Administração auferiu as seguintes remunerações:

Remuneração	2022	2021
Benefícios de curto prazo	41.477,31	11.726,00
Outros benefícios de longo prazo		
	<u>41.477,31</u>	<u>11.726,00</u>

8. Ativos fixos tangíveis

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e perdas por imparidade acumuladas;
- Em 2022 as depreciações foram efetuadas pelo método de linha reta, em sistema de duodécimos;
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho;
- Após o reconhecimento das depreciações do exercício de 2019, os equipamentos básicos e administrativos foram revalorizados por um perito independente (nota 6).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia estruturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, depreciações, as perdas de imparidade e as suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:



AM
F
O

31-12-2022							
Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos							
Saldo inicial	137.179,39	911.063,51	30.562,29	183.018,30	79.171,92		1.340.995,41
Aquisições	8.036,22	1.098,72					9.134,94
Alienações							
Transferências							
Abates							
Revalorizações (Nota 6)							
Outras variações							
Saldo final	145.215,61	912.162,23	30.562,29	183.018,30	79.171,92		1.350.130,35
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	132.856,25	669.287,10	30.562,29	156.195,07	75.452,29		1.064.153,00
Depreciações do exercício	1.454,53	57.394,62		5.364,64	777,88		64.991,67
Perdas por imparidade do exercício							
Reversões de perdas por imparidade							
Alienações							
Transferências							
Abates							
Outras variações							
Saldo final	134.110,78	726.681,72	30.562,29	161.559,71	76.230,17		1.129.144,67
Ativos líquidos	11.104,83	185.480,51		21.458,59	2.941,75		220.985,68

31-12-2021							
Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos							
Saldo inicial	137.179,39	1.062.490,33	30.562,29	183.018,30	79.171,92		1.492.422,23
Aquisições							
Alienações							
Transferências							
Abates		-151.426,82					-151.426,82
Revalorizações (Nota 6)							
Outras variações							
Saldo final	137.179,39	911.063,51	30.562,29	183.018,30	79.171,92		1.340.995,41
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	131.813,87	705.895,34	30.562,29	150.830,43	74.674,43		1.093.776,36
Depreciações do exercício	842,38	59.035,15		5.364,64	777,86		66.020,03
Perdas por imparidade do exercício							
Reversões de perdas por imparidade							
Alienações							
Transferências							
Abates		-95.643,39					-95.643,39
Outras variações							
Saldo final	132.856,25	669.287,10	30.562,29	156.195,07	75.452,29		1.064.153,00
Ativos líquidos	4.523,14	241.776,41		26.823,23	3.719,63		276.842,41

9. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia estruturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e as suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidos de acordo com os seguintes quadros:

	31-12-2022				
	Projetos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo inicial		48.413,73			48.413,73
Aquisições					
Alienações					
Transferências					
Abates					
Revalorizações (Nota 6)					
Outras variações					
Saldo final		48.413,73			48.413,73
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial		48.413,73			48.413,73
Amortizações do exercício					
Perdas por imparidade do exercício					
Reversões de perdas por imparidade					
Alienações					
Transferências					
Abates					
Saldo final		48.413,73			48.413,73
Ativos líquidos					



(Handwritten signatures and initials)

	31-12-2021				
	Projetos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo inicial		48.413,73			48.413,73
Aquisições					
Alienações					
Transferências					
Abates					
Revalorizações					
Outras variações					
Saldo final		48.413,73			48.413,73
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial		48.413,73			48.413,73
Amortizações do exercício					
Perdas por imparidade do exercício					
Reversões de perdas por imparidade					
Alienações					
Transferências					
Abates					
Saldo final		48.413,73			48.413,73
Ativos líquidos					0,00

10. Inventários

10.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. Os custos de compra incluem o preço de compra, impostos não dedutíveis, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

A empresa adota como fórmula de custeio FIFO, a qual pressupõe que os itens de inventário que forem comprados sejam vendidos em primeiro lugar e, conseqüentemente, os itens que permanecerem em inventário no fim do período sejam os itens mais recentemente comprados.

10.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Em 31 de dezembro 2022 e em 31 de dezembro de 2021, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

Descrição	31-12-2022		31-12-2021		Quantia líquida
	Quantia bruta	Perdas por Imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	
Mercadorias	3.079,37		3.079,37	1.905,31	1.905,31
Matérias-primas, subsi, e de consumo	2.043,87		2.043,87	1.225,61	1.225,61
Produtos acabados e intermédios					
Subprod., desperdícios, resíduos e refugos					
Produtos e trabalhos em curso					
Adiantamentos por conta de compras					
	5.123,24		5.123,24	3.130,92	3.130,92

10.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

A quantia de Inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, detalha-se conforme segue:

Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Descrição	2022		
	Mercadorias	Matérias-primas sub. e de consumo	Total
Saldo inicial	1.905,31	1.225,61	3.130,92
Compras	11.666,60	6.237,53	17.904,13
Regularizações			
Saldo final	3.079,37	2.043,87	5.123,24
Gasto do exercício	10.492,54	5.419,27	15.911,81

Descrição	2021		
	Mercadorias	Matérias-primas sub. e de consumo	Total
Saldo inicial	2.185,55	1.184,13	3.369,68
Compras	9.496,47	1.411,07	10.907,54
Regularizações			
Saldo final	1.905,31	1.225,61	3.130,92
Gasto do exercício	9.776,71	1.369,59	11.146,30

11. Provisões

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um exfluxo de recurso que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

12. Estado e outros entes públicos



Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2022		31-12-2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento	797,90			4.180,98
Retenção de impostos sobre rendimentos		4.799,27		4.288,02
Imposto sobre o valor acrescentado	360,45			1.253,31
Contribuições para a segurança social		23.484,07		17.395,17
Total	1.158,35	28.283,34		27.117,48

13. Clientes, fornecedores, outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas clientes, fornecedores, outros créditos a receber e outras dívidas a pagar apresentavam a seguinte decomposição:

Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar	31-12-2022			31-12-2021		
	Valor	Perdas por imparidade	Valor líquido	Valor	Perdas por imparidade	Valor líquido
Ativos						
Clientes	33 305,40		33 305,40	16 364,78		16 364,78
Pessoal						
Deved. e credores por acréscimos rendimentos						
Outros créditos a receber	652,23		652,23	622,28		622,28
	<u>33 957,63</u>		<u>33 957,63</u>	<u>16 987,06</u>		<u>16 987,06</u>
Passivos						
Fornecedores	15 858,02		15 858,02	8 874,85		8 874,85
Pessoal						
Deved. e credores por acréscimos gastos	27 536,23		27 536,23	38 023,42		38 023,42
Outros credores	636,59		636,59	809,43		809,43
	<u>44 030,84</u>		<u>44 030,84</u>	<u>47 707,70</u>		<u>47 707,70</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Devedores por acréscimo de rendimentos e gastos” apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2022		31-12-2021	
	débito	crédito	débito	crédito
Devedores por acréscimo de rendimentos				
Credores por acréscimos de gastos				
Remunerações a liquidar		19 770,00		19 240,00
Encargos s/ Remunerações Pessoal		4 695,38		4 569,50
Outros gastos		3 070,85		14 213,92
		<u>27 536,23</u>		<u>38 023,42</u>



Nas remunerações e encargos com o pessoal, estão contempladas as férias e subsídios de férias do pessoal efetivo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

14. Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de "Financiamentos Obtidos" apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2022	31-12-2021
Descobertos bancários	0,00	0,00
Financiamento bancário	300 000,00	300 000,00
	<u>300 000,00</u>	<u>300 000,00</u>

Financiamentos obtidos	31-12-2022	31-12-2021
Não Corrente		
Empréstimos bancários	257.142,84	300.000,00
Descobertos bancários		
Locações		
Outros		
	<u>257.142,84</u>	<u>300.000,00</u>
Corrente		
Empréstimos bancários	42.857,16	
Descobertos bancários		
Locações		
Outros		
	<u>42.857,16</u>	<u>0,00</u>

Em dezembro de 2021, foi celebrado com o Millennium um financiamento bancário, no montante de 300.000,00 euros, com um período de carência de 12 meses e pelo prazo de 96 meses.

15. Diferimentos

A Empresa cumpre o princípio da especialização dos exercícios, nesta conta são registados os gastos e rendimentos que serão reconhecidos no período ou períodos seguintes.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de "Diferimentos" apresentava a seguinte decomposição:



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a circled 'D', a checkmark, and a signature.

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
ATIVOS		
Seguros	75,35	75,35
Outros gastos	2.925,50	9.273,65
Total	3.000,85	9.349,00
PASSIVOS		
Vouchers termais	3.495,00	1.415,00
Total	3.495,00	1.415,00

16. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Caixa	114,43	152,51
Depósitos à ordem	280.015,21	239.287,51
Outros depósitos bancários		
Total	280.129,64	239.440,02

17. Capital subscrito

O saldo a 31 de dezembro de 2022 divide-se em 1.256 ações de valor nominal de 100 euros e encontra-se totalmente realizado.

18. Reservas legais

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

19. Outros instrumentos de capital próprio

A rubrica de "Outros instrumentos de capital próprio" corresponde a prestações acessórias concedidas por Acionistas, e era como se segue:

M
d
F



sociedade de turismo **santa maria da feira**

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Município de Santa Maria da Feira	628.984,08	628.984,08
Turisleira, Empreendimentos Turísticos, S.A	19.007,96	19.007,96
José Maria Rodrigues Vieira	19.007,96	19.007,96
	<u>667.000,00</u>	<u>667.000,00</u>

As prestações acessórias não vencem juros.

20. Excedentes de revalorização

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a quantia escriturada na conta de "Excedentes de revalorização" apresentava o seguinte detalhe (nota 6):

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Antes de impostos sobre o rendimento	201.318,60	262.241,14
Impostos diferidos	-45.296,69	-59.004,26
	<u>156.021,91</u>	<u>203.236,88</u>

21. Passivos por impostos diferidos

No decurso do exercício de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos foi o seguinte:

	<u>Saldo 01-01-2022</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Reduções</u>	<u>Saldo 31-12-2022</u>
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos				
Revalorização de ativos	59.004,26		13.707,57	45.296,69
Mais valia fiscal com tributação diferida				
Subsídios				
	<u>59.004,26</u>		<u>13.707,57</u>	<u>45.296,69</u>



Handwritten signatures and initials:
 W
 M
 Tee

	Saldo 01-01-2021	Aumentos	Reduções	Saldo 31-12-2021
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos				
Revalorização de ativos	85.263,10		26.258,84	59.004,26
Mais valia fiscal com tributação diferida				
Subsídios				
	<u>85.263,10</u>		<u>26.258,84</u>	<u>59.004,26</u>

22. Ativos por impostos diferidos reconhecidos no balanço

Os ativos por impostos diferidos, referentes a prejuízos fiscais do exercício e de anos anteriores, foram reconhecidos por ser convicção do Conselho de Administração que seria provável que lucros tributáveis estejam disponíveis em períodos futuros, contra os quais as perdas fiscais ou créditos tributáveis não usados possam ser utilizados.

No decurso dos exercícios de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi o seguinte:

Ano em que foram gerados	Diferenças temporárias dedutíveis	Perdas fiscais não usadas	31-12-2022		Ativos por impostos diferidos reconhecidos	Ano de caducidade
			Créditos por impostos não usados	Total		
2015	97.424,33	97.424,33		97.424,33	20.459,12	2029
2016	79.345,61	79.345,61		79.345,61	16.662,58	2030
2018	25.753,40	25.753,40		25.753,40	5.408,21	2031
	<u>202.523,34</u>	<u>202.523,34</u>	<u>0,00</u>	<u>202.523,34</u>	<u>42.529,91</u>	

Ano em que foram gerados	Diferenças temporárias dedutíveis	Perdas fiscais não usadas	31-12-2021		Ativos por impostos diferidos reconhecidos	Ano de caducidade
			Créditos por impostos não usados	Total		
2014	24.415,68	24.415,68		24.415,68	5.127,30	2028
2015	104.015,34	104.015,34		104.015,34	21.843,22	2029
2016	79.345,61	79.345,61		79.345,61	16.662,58	2030
2018	25.753,40	25.753,40		25.753,40	5.408,21	2031
	<u>233.530,03</u>	<u>233.530,03</u>		<u>233.530,03</u>	<u>49.041,31</u>	



23. Rédito e outros rendimentos

A quantia de cada categoria significativa de rédito e outros rendimentos reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Rédito	2022	2021
Atividade termal e serviços conexos	662 871,57	479 711,41
Ceias medievais e Viagem Medieval	24 848,85	
Outros serviços conexos com atividade termal		
Subsídios à exploração	295 000,00	295 777,47
Outros rendimentos	6 252,22	1 793,25
Reversões		
Juros obtidos		
	<u>988 972,64</u>	<u>777 282,13</u>

A totalidade das vendas e prestações de serviços em 2022 e 2021 destinou-se integralmente ao mercado nacional.

O contexto pandémico e as medidas sanitárias implementadas no sentido de conter a transmissão e propagação da Covid-19, nomeadamente, a suspensão da atividade termal, condicionaram irremediavelmente toda a atividade da Sociedade no exercício de 2021, com reflexos ainda no exercício de 2022.

24. Subsídios do estado e de outros entes públicos

A quantia de cada categoria significativa de subsídios do estado e outros entes públicos reconhecida durante o período de 2022 e 2021 foi proveniente de:



da
M
S

2022				
Subsídio	Montante total	Montante recebido	por receber do período	Rébito acumulado
Subsídios à exploração:				
· Contrato-programa	295.000,00	295.000,00		295.000,00 295.000,00
· Segurança social				
	<u>295.000,00</u>	<u>295.000,00</u>		<u>295.000,00 295.000,00</u>

2021				
Subsídio	Montante total	Montante recebido	por receber do período	Rébito acumulado
Subsídios à exploração:				
· Contrato-programa	295.000,00	295.000,00		295.000,00 295.000,00
· Segurança social	777,47	777,47		777,47 777,47
	<u>295.777,47</u>	<u>295.777,47</u>		<u>295.777,47 295.777,47</u>

Em 23 de fevereiro de 2022, nos termos do disposto nos artigos 32.º e 47.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, o Município do Santa Maria da Feira e a Sociedade de Turismo, celebraram um Contrato-Programa para o ano de 2022, no montante de 295.000 euros, que teve por objeto a definição da missão, os objetivos setoriais da Sociedade de Turismo, e a correspondente comparticipação do Município de Santa Maria da Feira.

Esta comparticipação pública revestiu a forma de subsídio à exploração, destinou-se a ressarcir a Sociedade de Turismo em contrapartida das suas responsabilidades e obrigações assumidas no âmbito daquele contrato-programa.

25. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos tem a seguinte decomposição em 2022 e 2021:



FSE	2022	2021
Trabalhos especializados	109.127,27	73.190,27
Publicidade e propaganda	4.139,04	819,51
Honorários		1910,2
Conservação e reparação	22.224,61	20.768,98
Serviços bancários	2.778,90	2.503,85
Ferramentas e utensílios	30.954,53	14.589,08
Material Escritório	1.299,06	1.738,51
Artigos Oferta	2.432,16	579,20
Eletricidade	52.696,50	32.149,57
Combustíveis	124.658,27	37.779,39
Água	8.640,24	2.856,47
Deslocações e estadas	1.369,22	46,43
Rendas e alugueres	7.812,96	7.812,96
Comunicação	7.002,99	5.900,21
Seguros	2.731,99	2.465,40
Contencioso e notariado	325,00	1.072,50
Despesas representação	249,40	
Limpeza Hig. Conforto	12.673,44	8.585,09
Outros serviços	183,92	45,00
	391.299,50	214.812,62

Os trabalhos especializados contemplam os honorários dos médicos e de outros colaboradores especializados a que a empresa necessitou de recorrer durante o ano para fazer face às suas necessidades.

26. Gastos com o pessoal

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de "gastos com o pessoal" apresentava a seguinte decomposição:

Gastos com o pessoal	2022	2021
Remunerações dos Orgãos Sociais	39.923,31	11.600,00
Subsídio de Refeição dos Orgãos Sociais	1.554,00	126,00
Remunerações do pessoal	322.935,54	282.280,37
Subsídio refeição do pessoal	47.654,88	29.730,00
Encargos sobre remunerações dos Orgãos Sociais	9.481,79	2.755,00
Encargos sobre remunerações do pessoal	78.427,22	66.466,12
Seguros de acidentes no trab. e doenças profissionais	3.526,42	3.078,51
Outros gastos com o pessoal	3.323,98	2.824,82
	506.827,14	398.860,82

A rubrica "Outros gastos" inclui gastos com cartão refeição, Fundos de compensação e fardas.



Q
M
ife

Considerando o carácter sazonal da atividade termal, uma parte significativa do pessoal utilizado na exploração das Termas das Caldas de S. Jorge tem o seu vínculo laboral consubstanciado em contratos a termo certo, cobrindo o período em que as Termas estão a funcionar. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade mantinha seis funcionários com vínculo contratual fixo estabelecido.

27. Outros gastos

A rubrica "Outros gastos" tem no exercício de 2022 e 2021 a seguinte composição:

	2022	2021
Impostos	1.269,01	4.775,39
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas Incobráveis		
Perdas em inventários		316,87
Gastos e perdas em subsidiárias, assoc. e emp. Conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		
Outros	3.176,71	5.115,51
	<u>4.445,72</u>	<u>10.207,77</u>

28. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" tem no exercício de 2022 e 2021 a seguinte composição:

	2022	2021
Ativos fixos tangíveis	64.991,67	66.020,03
Ativos intangíveis		
	<u>64.991,67</u>	<u>66.020,03</u>

No exercício de 2021, iniciou-se a depreciação dos ativos fixos tangíveis avaliados em 2019, tendo sido definido uma vida útil entre 3 e 6 anos.

29. Juros e outros gastos similares

Os juros e outros gastos similares, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2022 e 2021 são detalhados conforme se segue:

	2022	2021
juros suportados	2.181,01	2.644,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos		
Outros gastos de financiamento	11,50	
	<u>2.192,51</u>	<u>2.644,00</u>

30. Impostos sobre o rendimento

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são os seguintes:

Gastos / Rendimentos	2022	2021
Impostos correntes	-2.932,70	-10.696,11
Tributação Autónoma	-877,40	-368,19
Imposto diferido	7.196,17	-6.450,48
	<u>3.386,07</u>	<u>-17.514,78</u>

31. Acontecimentos após a data do balanço

31.1 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

31.2 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia de 23 de março de 2023; no entanto, os acionistas poderão em Assembleia-geral não aprovar as presentes demonstrações financeiras ou solicitar alterações.

32. Divulgações exigidas por diplomas legais

32.1 Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados nos exercícios de 2022 e 2021 pelo Revisor Oficial de Contas são os seguintes:



Am

ff

ff

Tipo de serviços	Honorários	
	2022	2021
Revisão legal das contas anuais	3.000,00	3.000,00
Outros serviços de garantia de fiabilidade		
Consultoria fiscal		
Outros serviços que não sejam de revisão ou de auditoria		
	<u>3.000,00</u>	<u>3.000,00</u>

32.2 Proposta de aplicação de resultados

O Órgão de Gestão propõe o Resultado líquido do período, no montante de 6.690.36 euros, sejam aplicados:

- reservas legais: 334.52 euros;
- para resultados transitados: 6.355.84 euros.

33. Matérias ambientais

A Empresa tem a obrigação legal de evitar e reparar danos ambientais decorrentes do exercício da sua atividade, tendo incorrido em dispêndios para assegurar o integral cumprimento das suas obrigações, não existindo passivos efetivos ou contingentes de caráter ambiental que devam ser reconhecidos ou divulgados, nem riscos ou obrigações desta natureza que possam ser fiavelmente mensurados e originar saídas prováveis de recursos, a acautelar por via de provisões específicas, pelo que não se justifica definir critérios de mensuração para o efeito, nem quaisquer métodos de ajustamento de valor.

Para cumprimento desta obrigação, a empresa, ao nível da recolha e tratamento de resíduos hospitalares e outros materiais de higiene, recorreu aos serviços da entidade: RENTOKIL INITIAL PORTUGAL, LDA.

Os gastos com recolha e tratamento de resíduos hospitalares e outros materiais de higiene reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2022 e 2021 são detalhados conforme se segue:

	2022	2021
Dispêndios de caráter ambiental	394,29	373,18
	<u>394,29</u>	<u>373,18</u>

Santa Maria da Feira, 23 de março de 2023

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
O Presidente do Conselho de Administração,



sociedade de turismo **santa maria da feira**

(Município de Santa Maria da Feira, representada por Vitor Carlos Latourrette Marques)

A Vogal do Conselho de Administração

(Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira)

O Vogal do Conselho de Administração

(Turisfeira – Empreendimentos Turísticos, SA, representada por Rui Luis Campos Oliveira)

A Contabilista Certificada

(Maria do Céu Soares Silva)